

43º ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS
SPG 19 – MOVIMENTOS SOCIAIS E CONTRAMOVIMENTOS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO: CONFRONTOS POLÍTICOS, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

**VIGIANDO AS RUAS E AS REDES: A SOFISTICAÇÃO DE TÁTICAS POLICIAIS
DE CONTROLE A EVENTOS DE PROTESTO EM PORTO ALEGRE (2013-2014)**

Eduardo Georjão Fernandes

Resumo: Em 2013, protestos sociais de larga escala tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil. No ano seguinte, a realização da Copa do Mundo consolidou uma série de investimentos na área da segurança pública, principalmente com tecnologias centradas no vigilantismo. A pesquisa busca explicar de que modo a incorporação de novas tecnologias de vigilância policial compõe e/ou transforma as táticas de controle e repressão a eventos de protesto a partir do caso do policiamento a eventos promovidos pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público entre 2013 e 2014 em Porto Alegre. Metodologicamente, a pesquisa parte da análise de eventos de protesto em um banco de dados composto por notícias dos jornais Zero Hora e Sul21; após, são analisadas entrevistas com agentes policiais que atuaram no policiamento a protestos no período analisado. Os resultados indicam o aumento da utilização de táticas de vigilância entre os anos de 2013 e 2014. Essa transformação tende a configurar dois processos: (a) antecipação, com a coleta massiva de dados sobre a realização futura de eventos de protestos; (b) invisibilização, com o uso de táticas policiais menos visíveis se comparadas às táticas prevalentes em 2013.

Palavras-chave: policiamento a protestos; táticas da ação coletiva; táticas policiais; interações táticas.

INTRODUÇÃO

No período recente, protestos sociais compostos por um alto número de manifestantes e uma ampla heterogeneidade de atores e táticas tomaram as ruas de diversas cidades do Brasil, configurando-se o ciclo de protestos de 2013, com ápice em junho (ALONSO; MISCHÉ, 2016; BRINGEL 2017). Um dos temas emergentes do ciclo foi a interação entre ativistas e as forças policiais do Estado. Por um lado, determinados grupos de manifestantes, mobilizando táticas *black bloc*, adotaram ações diretas e disruptivas, como a depredação de patrimônios públicos e privados. Por outro lado, as ações policiais de controle e repressão aos protestos tornaram-se centrais no debate público, com a utilização de táticas como armamentos menos letais, detenções e barreiras espaciais, dispersando ou, no limite, impedindo a realização de determinados eventos de protesto. Além das ações nas ruas adotadas principalmente pelas Polícias Militares, destacou-se a atuação das Polícias Civis na produção de inquéritos criminais contra determinados manifestantes.

Em Porto Alegre, no ano de 2013 o Bloco de Lutas pelo Transporte Público, um bloco formado por grupos políticos de esquerda, protagonizou, desde o início do ano, atos contra o aumento do valor do transporte público, participando também dos atos de junho (MUHALE, 2014; FERNANDES, 2016). Nos meses iniciais de 2013, de janeiro a maio, os protestos congregavam um número baixo de manifestantes (menos de mil por evento), com protagonismo evidente do Bloco de Lutas. Em junho, com o aumento do número de ativistas nas ruas (entre 10 e 20 mil manifestantes por evento), além dos integrantes do Bloco, grupos de diversas matizes ideológicas (da esquerda à direita do espectro político) fizeram-se presentes, multiplicando as pautas para além do transporte público e causando dificuldades de identificação das “lideranças” dos atos. O mês de junho também caracterizou o ápice da utilização de táticas disruptivas por manifestantes, momento em que os níveis de conflitividade com as forças policiais acirraram-se. No ano seguinte, o Bloco seguiu promovendo eventos de protesto contra o aumento da passagem, novamente com um número reduzido de manifestantes e incorporando também a pauta da contrariedade à realização da Copa do Mundo de 2014.

Assim como os grupos presentes, as táticas da ação coletiva e as reivindicações modificaram-se nesse período, parte-se da hipótese de que as táticas policiais também passaram por transformações no curso da ocorrência dos eventos de protesto entre 2013 e 2014. Nesse contexto, a implementação de novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) parece assumir relevância. Com os investimentos para a Copa do Mundo 2014, foram inaugurados Centro Integrados de Comando e Controle (CICC) regionais para todas as cidades que abrigaram jogos do megaevento. Em Porto Alegre, foi adquirido também para a Copa um sistema de imageamento aéreo acoplado a um helicóptero e utilizado durante eventos de protestos, junto a câmeras GoPro para gravação de imagens nas ruas (FERNANDES, 2018). Em suma, presenciou-se o investimento em tecnologias que enfatizam a dimensão da coleta massiva de dados e da vigilância sobre os eventos de protesto. Diante desses elementos, questiona-se: *de que modo a incorporação de novas tecnologias de vigilância policial compõe e/ou transforma as táticas de controle*

e repressão a eventos de protesto a partir do caso do policiamento a eventos promovidos pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público entre 2013 e 2014 em Porto Alegre?

A relação entre TICs, policiamento e movimentos sociais é pouco estudada pela literatura nacional. Os estudos que analisaram o policiamento aos protestos de 2013 não atribuem centralidade para o papel das tecnologias na composição das táticas policiais (AMARAL et al., 2017; ARAÚJO et al., 2017; FERNANDES; CÂMARA, 2018; LUZ, 2016). Mais amplamente, identifica-se uma lacuna entre os campos de estudo da ação coletiva e da segurança pública no Brasil: enquanto os estudos dos movimentos sociais tendem a se focar sobre a ação dos próprios movimentos ou sobre as interações de cooperação destes com o Estado (pouco se analisando como se constrói a repressão estatal aos movimentos), a literatura em segurança pública atribui centralidade a temáticas diversas como violência urbana, organizações criminais, encarceramento, cultura e organização policiais, sem no entanto dialogar com/apropriar-se das teorias sobre policiamento a protestos já consolidadas internacionalmente.

Consequentemente, embora exista certo consenso sobre algumas características da atuação dos polícias no Brasil na relação com a ação coletiva e movimentos sociais (como tendências de intolerância e de violação de direitos humanos em prol do controle da ordem – LIMA et al., 2015), pouco se sabe sobre como as táticas policiais são construídas e variam ao longo do tempo a depender do contexto. A afirmação generalizada de que movimentos sociais são criminalizados pouco explica as dinâmicas interativas que são operadas seletivamente entre atores, grupos e instituições no confronto político.

Por fim, o Brasil é marcado pelas diferenças regionais e institucionais entre suas polícias. Dado que o foco desta pesquisa recai sobre o policiamento a eventos de protesto nas ruas, a instituição policial aqui analisada é a Polícia Militar (PM), responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública (art. 144, § 5º, CF/88). Não se desconhece, porém, o fato de que TICs foram utilizadas para a produção de indícios contra manifestantes em inquéritos produzidos pela

Polícia Civil em Porto Alegre no período estudado. De qualquer modo, essa faceta da criminalização de ativistas em inquéritos policiais não é aqui analisada.

DO CONFRONTO POLÍTICO À VIGILÂNCIA: ABORDAGEM TEÓRICA

Em termos teóricos, parte-se do pressuposto de que há uma dimensão relacional na configuração das táticas da ação coletiva e das táticas da ação repressiva, em consonância com o que propõe a teoria do confronto político (ou *contentious politics*), a qual desloca o foco analítico dos movimentos sociais tomados de forma isolada para as relações de conflito e cooperação nas quais os movimentos estão envolvidos (McADAM; TARROW; TILLY, 2001). Em outros termos, o campo dos movimentos sociais envolve a interação dinâmica entre diferentes atores, grupos e instituições, de modo que as ações adotadas por um lado da disputa política interagem com/influenciam as escolhas táticas dos adversários. Nesse sentido della Porta e Tarrow (2012) entendem que as ações de ativistas e das forças policiais no confronto político coevoluem, ou seja, difundem-se interativamente.

Com base nesse substrato teórico, postula-se aqui que, assim como o conjunto de táticas utilizadas por manifestantes em determinado período histórico conforma o repertório da ação coletiva (TILLY, 1978), o conjunto de ações disponíveis às forças policiais para controle e repressão da ação coletiva constitui um repertório policial. Assume-se, ainda, o conceito de repressão como a “ação estatal ou privada destinada a prevenir, controlar ou restringir a ação não institucional, coletiva (ex.: protesto), incluindo sua iniciação” (EARL, 2011, p. 263). Esse conceito de Earl enfatiza que a ação repressiva, conceituada classicamente por Tilly (1978) como qualquer ato dirigido a aumentar os custos da ação coletiva de um oponente, pode ser realizada por outros agentes além dos estatais, de diferentes modos (prevenção, controle ou restrição) e em distintos momentos (antes, durante e após a realização da ação coletiva).

Assim, o repertório da ação policial é formado não apenas por táticas tradicionais de dispersão física de protestos (como o uso de cassetetes e detenções),

como também por táticas que atuam de forma mais sutil, configurando-se, por exemplo, táticas de vigilância. Táticas de vigilância são entendidas aqui como aquelas voltadas à coleta de dados sobre ativistas, sendo preferencialmente voltadas (mas não apenas) para a prevenção da ação coletiva, com o recorrente uso de tecnologias que potencializam a quantidade de dados coletados e a análise destes. Táticas de vigilância abarcam tanto ações mais tradicionais, como a infiltração policial em organizações de movimentos sociais (MARX, 1974), quanto ações mais dependentes de novas tecnologias, como o monitoramento de redes sociais. Embora o foco das táticas de vigilância tenda a ser preventivo, as informações produzidas podem ser utilizadas após a prática de ações reativas, como o uso dos dados para investigação criminal.

Em âmbito internacional, algumas pesquisas têm abordado a relação entre TICs, policiamento e movimentos sociais, buscando entender como a incorporação de TICs ao policiamento tem transformado as táticas de controle e repressão à ação coletiva. Se por um lado diversos estudos têm buscado explicar os efeitos das TICs sobre os processos de mobilização, centrando-se sobre o uso de redes sociais para organização de movimentos sociais e para a produção e disseminação de enquadramentos interpretativos dos próprios movimentos, Melgaço e Monaghan (2018, p. 5) afirmam que “as mesmas tecnologias usadas para mobilização foram aproveitadas por agências de policiamento e segurança nos esforços para desmobilizar movimentos sociais contemporâneos”. Essas possíveis transformações no repertório de ação policial têm sido identificadas sob três dimensões: uma relativa à temporalidade; uma relativa à visibilidade; uma relacionada a direitos de privacidade.

Quanto à temporalidade, Dencik, Hintz e Carey (2018), por exemplo, analisam o uso de redes sociais e grandes bases de dados (*big data*) pela polícia do Reino Unido para produção de um policiamento mais proativo do que reativo, focado em prever a ocorrência e as características de eventos de protesto. No mesmo sentido, Binder (2016) analisa a influência das redes sociais no policiamento a protestos e afirma que esse processo de incorporação de novas tecnologias tende à

configuração de um “policiamento preditivo”. Este pode ser definido como “a aplicação de técnicas analíticas – particularmente técnicas quantitativas – para identificar alvos prováveis para intervenção policial e prevenir crimes ou resolver crimes passados realizando previsões estatísticas” (PERRY et al., 2013, p. 1).

Sobre a dimensão da visibilidade, Brighenti (2000, p. 148-149) afirma que a vigilância é baseada em um “esforço para alcançar e subsequentemente gerenciar, em uma forma de rotina, a visibilidade de várias identidades, condutas e eventos em benefício do agente ou agência que promove a atividade de vigilância”. Grinberg (2019), estudando a ação do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) na vigilância aérea a protestos, propõe o conceito de “ótica da transparência” para tratar da ampla visibilização que o uso das tecnologias promove sobre a ação coletiva. Meglaço e Monaghan (2018) também enfatizam a expansão das possibilidades de controle policial sobre movimentos sociais com base na dialética entre visibilidade e invisibilidade, processo visto pelos autores como uma luta por poder; assim, as tecnologias policiais de vigilância, ao ampliar a visibilidade dos movimentos sociais perante as agências policiais, permitiriam um maior controle sobre a ação coletiva. Trottier (2012) também trata dessa expansão das possibilidades de vigilância ao estudar empiricamente o uso de redes sociais pela polícia em protesto ocorrido em Vancouver, em 2011. Ullrich e Wollinger (2011), ainda, enfatizam essa dimensão ao tratar do uso de câmeras de vídeo (CCTV) e de fotografias por policiais durante eventos de protesto na Alemanha.

A terceira dimensão dos estudos internacionais foca-se sobre o aspecto legal e jurídico que a vigilância suscita quanto aos direitos dos ativistas. Aston (2017), em pesquisa empírica no Reino Unido, questiona como a vigilância estatal a eventos de protesto violaria direitos de privacidade e de livre reunião de pessoas. No mesmo sentido, Joh (2013) trata dessa dimensão de direitos nos Estados Unidos, estudando protestos realizados contra a violação de privacidade pelas polícias, os denominando “protestos de privacidade”.

Em suma, os estudos acima mencionados tendem a identificar que a utilização de TICs na ação policial sobre eventos de protesto configura um policiamento mais

preventivo do que reativo, amplia a visibilidade da ação coletiva e o controle sobre esta e suscita questionamentos públicos sobre direitos de privacidade. Essas tendências têm sido, ademais, identificadas em diversos contextos, em um processo de construção de um modelo mais amplo de policiamento conceituado como “incapacitação estratégica” (*strategic incapacitation*) (GILLHAM et al., 2013). Tal modelo, que lança mão principalmente de barreiras espaciais que impedem a ocorrência de protestos em determinados locais (*no protest zones*) e de táticas de vigilância, privilegia a coleta de informações e a ação antecipada (preditiva) às ocorrência do protesto, no limite impedindo que o protesto ocorra.

No presente estudo, busca-se relacionar o caso empírico com as dimensões acima analisadas na literatura, identificando-se em que medida a incorporação de tecnologias de vigilância policial produz transformações sobre esses aspectos do policiamento ao protesto. Para tanto, produziram-se o banco de dados e os procedimentos metodológicos a seguir explicitados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, a pesquisa é dividida em dois procedimentos principais: um primeiro de enfoque quantitativo, com a utilização da técnica de análise de eventos de protesto (AEP); um segundo, qualitativo, de análise do conteúdo de entrevistas realizadas com agentes policiais que participaram dos eventos de protesto no período estudado.

A AEP, a qual se caracteriza pelo mapeamento e sistematização de eventos de protesto em um dado recorte espaço-temporal (KOOPMANS; RUCHT, 2002; OLZAK, 1989), teve como objetivo identificar quais foram as táticas policiais mobilizadas para controle e repressão de eventos de protesto realizados pelo Bloco de Lutas entre 2013 e 2014 em Porto Alegre. Especificamente, por esse procedimento foi possível identificar quais táticas de vigilância foram noticiadas, quando elas emergiram e se elas se mantiveram em uso, tiveram seu uso amplificado ou deixaram de ser utilizadas no período.

O banco de dados para a AEP foi composto por notícias dos jornais *Zero Hora*¹ e *Sul21*² sobre os eventos de protesto protagonizados pelo Bloco de Lutas nos anos de 2013 e 2014 em Porto Alegre. A escolha por dois jornais justificou-se pela necessidade metodológica de se evitar que o banco assumisse o viés do veículo midiático selecionado, crítica recorrentemente feita à AEP (EARL et al., 2004). Por esse motivo, optou-se pela análise do conteúdo de jornais de formato, linha editorial e público-alvo distintos. Ademais, buscou-se ter como foco elementos que tendem a ser mais objetivos e menos dependentes de interpretações midiáticas (número de manifestantes, táticas usadas por policiais e manifestantes, etc.).

O banco abrange 31 eventos de protesto protagonizados pelo Bloco de Lutas naquele período (21 em 2013 e 10 em 2014). Do total de eventos organizados pelo Bloco e noticiados nos jornais, foram selecionados aqueles em que foi citada a presença de contingentes policiais em interação com manifestantes. Eventos cuja duração temporal prolongou-se por mais de um dia, como a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em julho de 2013, não foram incorporados ao banco, dado que a especificidade desse formato de evento limita a comparabilidade com outros eventos.

Uma vez composto o banco, foi analisado o conteúdo das notícias, com auxílio do CAQDAS (*Computer-assisted qualitative data analysis software*) NVivo, em duas etapas. Na primeira etapa, para cada evento foram identificadas características gerais: grupos presentes, reivindicações, número de manifestantes. Essa classificação inicial permitiu dividir o período estudado em quatro tempos (T1, T2, T3, T4). Na segunda etapa, foram quantificadas as táticas policiais mobilizadas e como elas foram transformadas ou se mantiveram em cada um dos quatro tempos analisados. Neste estudo, buscou-se dar centralidade à identificação das táticas de

¹ *Zero Hora* é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido como maior jornal do Rio Grande do Sul devido à sua estrutura e à sua longevidade. O jornal é direcionado majoritariamente para as classes A e B do Rio Grande do Sul.

² *Sul21* é um veículo midiático “de esquerda” e que se utiliza apenas da Internet para a disseminação de notícias.

vigilância. A sistematização dos dados, auxiliada pelo *software SPSS*, buscou quantificar a categorização do conteúdo.

O segundo momento metodológico consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com agentes policiais que participaram dos eventos de protesto ocorridos no período estudado. Foram entrevistados, ao total, quatro policiais militares, os quais ocuparam diferentes cargos e funções naquele contexto. As entrevistas tiveram como foco compreender como foram realizadas as escolhas táticas da Polícia Militar nos protestos de 2013 e 2014 e como, no curso da interação com ativistas, o uso de TICs transformou ou se combinou com as táticas policiais tradicionais. A realização de entrevistas foi também direcionada a transcender o caráter descritivo da AEP, agregando à descrição das táticas uma dimensão explicativa, de modo que os atores pudessem narrar, no contexto da interação com os demais atores do confronto político, o processo de escolha e mobilização das táticas.

ANÁLISE DE EVENTOS DE PROTESTO: TÁTICAS POLICIAIS NOS PROTESTOS DO BLOCO DE LUTAS ENTRE 2013 E 2014

Os dados a seguir apresentam a quantificação das características gerais (grupos presentes, reivindicações, número de manifestantes) dos protestos, propondo-se uma divisão entre quatro diferentes tempos. Em seguida, são quantificadas as táticas policiais nos eventos analisados, identificando-se eventuais transformações ou manutenções dessas táticas em cada período, com foco sobre as táticas de vigilância.

Características gerais dos protestos

Quantos aos grupos presentes em cada evento, foi criada a seguinte tipologia: (a) grupos de esquerda; (b) heterogêneos. A categoria “grupos de esquerda” é identificada em protestos nos quais grupos de esquerda (associações estudantis,

partidos, coletivos - geralmente aglutinados em torno do Bloco de Lutas) foram protagonistas evidentes. Essa nomenclatura não significa que não houvesse heterogeneidade de grupos no Bloco de Lutas, mas sim que havia uma identidade de posicionamento político congregando tais grupos. A categoria “heterogêneos” representa eventos nos quais, apesar da presença de integrantes do Bloco, a intensa participação de outros grupos, não necessariamente identificados com a “esquerda”, dificultou a demarcação de lideranças no protesto.

No ano de 2013, houve preponderância de eventos protagonizados pelos grupos de esquerda em torno do Bloco de Lutas. Porém, em cinco eventos, quatro deles ocorridos em junho, identificou-se a prevalência da heterogeneidade de grupos, os quais inclusive divergiam sobre os trajetos adotados durante os protestos. Nos 10 eventos de 2014, os grupos de esquerda, liderados pelo Bloco de Lutas, voltaram a ser protagonistas.

Quanto às pautas dos manifestantes, os eventos foram divididos em quatro grupos de reivindicações: (a) relativas à tarifa do transporte público; (b) relativas à tarifa do transporte público e contra a Copa do Mundo; (c) contra a Copa do Mundo; (d) heterogêneas. Em reivindicações “heterogêneas” enquadram-se os eventos em que uma multiplicidade de pautas estava presente (ex.: contra a corrupção, contra a violência policial, contra a PEC 37), sem a preponderância evidente de alguma sobre as demais.

Em 2013, preponderou a pauta da tarifa do transporte público (redução do valor da passagem, passe livre, etc.). Em uma quantidade considerável de eventos no ano, porém, principalmente em junho (quatro das oito aparições), as pautas foram heterogêneas. Em 2014, preponderaram nos meses iniciais do ano eventos em torno do valor do transporte público e contra a Copa do Mundo. Com a proximidade da realização do megaevento, a partir de maio de 2014 foram realizados eventos cuja pauta central era apenas contrariedade à Copa do Mundo.

Definiu-se a seguinte tipologia para o número de manifestantes: (a) baixo (centenas ou menos manifestantes); (b) médio (de mil a 10 mil manifestantes); (c)

alto (de 20 mil a mais manifestantes). Quando houve divergências de informações quanto à quantidade de manifestantes, adotou-se a média entre os dados noticiados.

Os eventos de protesto analisados, em sua maioria, reuniram um número baixo de manifestantes. Os eventos com número alto de manifestantes concentraram-se em junho de 2013 (quatro das cinco ocorrências). Em 2014, identifica-se a estabilização de eventos com número baixo de manifestantes.

Os dados acima evidenciam a possibilidade de se dividir o banco de eventos em quatro tempos distintos, conforme as características que predominam em cada um desses períodos:

Tabela 1 – Quatro tempos distintos conforme características dos protestos

	Grupos presentes	Reivindicações	N. de manifestantes
T1 - Janeiro a maio de 2013	Grupos de esquerda	Tarifa do transporte público	Baixo
T2 - Junho de 2013	Heterogêneos	Heterogêneas	Alto
T3 - Julho a dezembro de 2013	Grupos de esquerda	Tarifa do transporte público	Baixo
T4 - Janeiro a junho de 2014	Grupos de esquerda	Contra a Copa do Mundo	Baixo

Fonte: autoria própria.

Táticas policiais mobilizadas

O total das táticas policiais utilizadas no conjunto dos 31 eventos, bem como a descrição do significado de cada uma dessas táticas, constam na Tabela 2. O número de ocorrências indica a quantidade de eventos em que cada tática foi identificada:

Tabela 2 – Táticas de ação policial utilizadas (total)

Tática	Descrição	Ocorrências
Acompanhamento de protesto	Uso de contingente policial para acompanhar, a certa distância, o trajeto de um evento de protesto sem produzir interações de confronto	17
Distribuição de cartilha de recomendações	Entrega aos manifestantes de material escrito contendo recomendações de segurança para a manifestação	02
Uso de bomba de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos	Uso de bomba de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos considerados armamentos menos letais para dispersão de eventos de protesto	11
Uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto	Uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto considerados armamentos menos letais para dispersão de eventos de protesto	04
Uso de Canhão d'água	Uso de canhão d'água para dispersão de eventos de protesto	01
Agressão	Manifestantes feridos pela ação policial	08
Uso de Cavalaria	Uso de grupos policiais montados em cavalos	11
Cerco	Ato de cercar manifestantes	07
Perseguição	Ato de perseguir manifestantes	07
Detenção	Ato de restringir a liberdade de manifestantes por meio de detenção em estabelecimento estatal	11
Revista	Ato de revistar manifestantes	05
Retenção, apreensão ou desmontagem de objeto	Ato de reter, apreender ou desmontar objeto em posse de manifestante	02
Barreiras policiais (no protest zones)	Estipulação de espaço territorial em que a prática de protestos sociais está proibida	17

Câmeras de vigilância e imageamento aéreo	Uso de câmeras de vigilância do CICC e/ou do CEIC para ou de imagens aéreas para coletar informações sobre eventos de protesto	06
Contagem de manifestantes pelo CICC	Ato de contar o número de manifestantes presentes em protestos por meio das tecnologias do CICC	04
Infiltração	Ato de policial infiltrar-se em eventos organizados por movimentos sociais para coletar informações sobre eventos de protesto	04
Monitoramento de redes sociais	Ato de monitorar redes sociais para coletar informações sobre eventos de protesto	01
Uso de imagens produzidas por manifestantes	Uso de imagens produzidas por equipamento apreendido de manifestantes para coletar informações sobre o protesto	01
Uso de helicóptero	Uso de helicóptero para sobrevoar protesto	06

Fonte: autoria própria.

As táticas mais utilizadas no total dos eventos foram o acompanhamento de protesto e as barreiras policiais (*no protest zones*), com 17 ocorrências cada. O acompanhamento de protesto, que consiste no uso de contingentes policiais para acompanhar o protesto sem que se disperse a manifestação, insere-se num grupo de táticas mais tolerantes, as quais privilegiam a ocorrência do protesto e a negociação com ativistas (*negotiated management*) (McPHAIL et al., 1998).

As barreiras policiais (*no protest zones*) estipulam um espaço territorial no qual o protesto é proibido, antecipando-se às ações dos manifestantes e impedindo a ocorrência do protesto ou o deslocando para outro espaço. As barreiras policiais têm sido agrupadas pela literatura com as táticas de vigilância, configurando modelos de incapacitação estratégica (*strategic incapacitation*) (GILLHAM et al., 2013).

Destacam-se, em seguida, com 11 ocorrências cada, o uso de bombas de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos, o uso de cavalaria e a realização de detenções. Agressão (8), cerco (7) e perseguição (7) a manifestantes também tiveram um número relevante de ocorrências. Essas táticas tendem a ser pouco tolerantes, mais reativas e focadas na dispersão de eventos de protesto. A literatura tende a categorizar essas táticas sob o nome de forças escaladas (*escalated forces*) (DELLA PORTA; REITER, 1998).

Quanto às táticas de vigilância, as mais utilizadas foram câmeras de vigilância e imageamento aéreo e uso de helicóptero (6 ocorrências cada), seguidas da contagem do número de manifestantes no CICC e da infiltração (4 ocorrências cada). Apenas uma vez foram mencionados nas notícias o monitoramento de redes sociais e o uso de imagens produzidas por manifestantes.

Esses dados indicam, de modo geral, o uso pouco frequente de táticas de vigilância em relação à demais táticas, o que vai ao encontro do entendimento de que as polícias no Brasil estariam mais centradas em lógicas de reação do que na prevenção. Por outro lado, a análise de fontes jornalísticas é insuficiente para dar conta desse fenômeno, dado que algumas táticas de vigilância operam de forma invisível ou pouco visível (exemplo: monitoramento de redes sociais), sendo assim necessário complementar esses dados com o conteúdo das entrevistas.

A Tabela 3 indica quais foram as 10 táticas policiais mais utilizadas no período estudado. A porcentagem ao lado do número de ocorrências indica a proporção de eventos em que a tática foi utilizada em relação ao total de eventos considerado (exemplo: câmeras de vigilância e imageamento aéreo foram noticiados em 10% dos eventos de 2013, em 40% dos eventos de 2014 e em 19% do total de eventos). A frequência das táticas de um ano para o outro fornece indícios sobre eventuais transformações táticas:

Tabela 3 - Táticas policiais mais utilizadas por evento

	2013	2014	Total
Acompanhamento de protesto	10 (48%)	7 (70%)	17 (55%)

Tática policial	Barreiras policiais	11 (52%)	6 (60%)	17 (55%)
	Bombas de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos	8 (38%)	3 (30%)	11 (35%)
	Uso de cavalaria	5 (24%)	6 (60%)	11 (35%)
	Detenção	9 (43%)	2 (20%)	11 (35%)
	Agressão	6 (29%)	2 (20%)	8 (26%)
	Cerco	5 (24%)	2 (20%)	7 (23%)
	Perseguição	6 (29%)	1 (10%)	7 (23%)
	Câmeras de vigilância e imageamento aéreo	2 (10%)	4 (40%)	6 (19%)
	Uso de helicóptero	2 (10%)	4 (40%)	6 (19%)
Total	21 (100%)	10 (100%)	31 (100%)	

Fonte: autoria própria.

Pode-se perceber que, dentre as táticas policiais mais utilizadas, as que são classificadas como de vigilância (câmeras de vigilância e imageamento aéreo e uso de helicóptero) apresentam um crescimento em seu uso entre 2013 e 2014. Enquanto ambas foram identificadas em apenas 10% dos eventos de protesto de 2013, elas passaram a ser noticiadas em 40% dos eventos de 2014.

Esses dados fornecem um primeiro indício de expansão do uso de táticas de vigilância no período, o que se confirma também na Tabela 4, a qual distribui o uso de todas as táticas policiais pelo tempos identificados na Tabela 1:

Tabela 4 - Táticas policiais por período analisado

Tática policial	T1	T2	T3	T4
Acompanhamento de protesto	4 (50%)	-	6 (63%)	5 (50%)
Distribuição de cartilha de recomendações	-	1 (20%)	-	1 (10%)
Uso de bomba de gás lacrimogêneo e demais irritantes químicos	1 (13%)	5 (100%)	2 (25%)	3 (30%)

Uso de bala de borracha e demais projéteis de impacto	-	4 (80%)	-	-
Uso de Canhão d'água	-	-	-	1 (10%)
Agressão	1 (13%)	4 (80%)	1 (13%)	2 (20%)
Uso de Cavalaria	2 (25%)	3 (60%)	-	6 (60%)
Cerco	-	4 (80%)	1 (13%)	2 (20%)
Perseguição	1 (13%)	4 (80%)	1 (13%)	1 (10%)
Detenção	1 (13%)	5 (100%)	3 (38%)	2 (20%)
Revista	-	3 (60%)	-	2 (20%)
Retenção, apreensão ou desmontagem de objeto	-	1 (20%)	1 (13%)	-
Barreiras policiais	4 (50%)	5 (100%)	2 (25%)	6 (60%)
Câmeras de vigilância e imageamento aéreo	2 (25%)	-	-	4 (40%)
Contagem de manifestantes pelo CICC	-	-	2 (25%)	2 (20%)
Infiltração	1 (13%)	1 (20%)	1 (13%)	1 (10%)
Monitoramento de redes sociais	-	-	1 (13%)	-
Uso de imagens produzidas por manifestantes	-	1 (20%)	-	-
Uso de helicóptero	-	2 (40%)	-	4 (40%)
Total	8 (100%)	5 (100%)	8 (100%)	10 (100%)

Fonte: autoria própria.

Identifica-se que ao longo do ano de 2013 (T1, T2 e T3) o total de ocorrências para táticas de vigilância foi de 11. Já em 2014 (T4), período que concentra apenas 10 dos 31 eventos do banco, esse número mantém-se em 11, ou seja, proporcionalmente há uma ampliação relevante. Em relação aos períodos anteriores, o ano de 2014 destaca-se pela expansão do uso de câmeras de vigilância e

imageamento e helicóptero. O uso do CICC para contagem do número de manifestante passa a ser noticiado entre julho e dezembro de 2013 (T3) e não tem uma variação relevante em 2014 (T4). A tática de infiltração, forma mais tradicional de vigilância policial, é noticiada de modo residual ao longo de todo o período analisado. O monitoramento de redes sociais e o uso de imagens produzidas por manifestantes apenas foram noticiados de forma pontual, em protestos específicos.

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS TÁTICAS DE VIGILÂNCIA

Os dados do banco de eventos fornecem algumas informações gerais sobre as características dos protestos, quais táticas de vigilância são noticiadas e em que momento estas passam a ser mais frequentes. Porém, é importante entender *como* se dá esse processo de ampliação do uso de táticas de vigilância. Para tanto, foram entrevistados quatro policiais militares que atuaram nos eventos. Todos os entrevistados são Oficiais da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, exercendo cargos de Comando, Chefia ou Direção na instituição. Seus nomes foram omitidos neste estudo e identificados por códigos (PM1, PM2, PM3 e PM4).

Nas entrevistas com os policiais militares, buscou-se entender como foram mobilizadas as táticas de controle e repressão a eventos de protesto no período estudado, com o especial foco sobre as táticas de vigilância. A narrativa a seguir sintetiza, a partir de um percurso temporal (T1 a T4), as respostas obtidas, agregando-se a esse conteúdo dados qualitativas das notícias acima quantificadas.

Janeiro a maio de 2013: negociando ou dispersando

De modo geral, os entrevistados entendem que o ciclo de protesto de 2013 instaurou novas problemáticas e uma demanda de aprendizagem às forças policiais. Os policiais tendem a identificar um padrão tradicional de interação entre a Polícia Militar do estado e os movimentos sociais. Segundo o PM3 a história dessa interação é “conflituada por natureza”, com “excessos” cometidos por ambos os lados. No

mesmo sentido, o PM2 afirma que nos casos de movimentos sociais mais tradicionais, prevalentes nas décadas de 1980 e 1990 (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST), a polícia não passava por um treinamento específico, tratando os movimentos “à moda antiga”, o que significava dispersar manifestações quando o governo local assim determinasse.

Apesar das situações classificadas como de “excesso”, todos os policiais entrevistados entendem que as táticas tradicionais de lidar com movimentos sociais consolidaram no Rio Grande do Sul um modelo negociado (McPHAIL et al., 1998), fundado na ideia de serem buscadas lideranças para “conversar”, ou seja, para definir os limites das manifestações. Caso esses limites fossem ultrapassados, seria mobilizado o “uso progressivo da força”, ou seja, um aumento da força repressiva diretamente proporcional às transgressões dos manifestantes. Autores como Fernandez (2008) questionam o quão “negociadas” são essas situações, dada a assimetria de poder e recursos que caracteriza a relação entre forças policiais e movimentos sociais. Essa questão, porém, não é debatida pelos entrevistados.

As táticas de vigilância, nesse modelo tradicional, são principalmente baseadas em infiltração. Segundo o PM4, a tática de infiltração, cujo uso não deixou de ser feito diante dos movimentos contemporâneos, tem como fundamento o estabelecimento de vínculos de confiança com atores que podem transmitir informações relevantes sobre os movimentos sociais.

Nos protestos de T1, entre janeiro e maio de 2013, identifica-se a prevalência de táticas de acompanhamento a protestos em parcela relevante dos eventos (50% deles), de modo coerente à fala dos entrevistados. Essas escolhas táticas parecem em parte responder às características desses protestos, os quais tinham um número baixo de manifestantes e maior facilidade de identificação de “lideranças” para negociação. O evento de 27 de março de 2013, porém, foi marcado pelo uso de táticas de repressão física, como armamentos menos letais, agressão e detenção, como resposta à tentativa de alguns manifestantes de entrar no espaço físico da Prefeitura Municipal, a qual estava protegida por uma barreira policial. Esse evento intensificou, em período anterior a junho de 2013, a crítica de determinados

manifestantes à forma de atuação das forças policiais. Quanto às táticas de vigilância, estas apenas emergem pontualmente de denúncias de manifestantes sobre supostas infiltrações policiais no movimento.

Junho de 2013: surpresa, forças em escalada e aprendizado

Após esse período inicial do ano, em que, apesar de situações específicas de conflitividade, predominou um policiamento relativamente tolerante, identifica-se o período de mais intensa confrontação entre ativistas e forças policiais, junho de 2013 (T2). O uso de bombas de gás lacrimogêneo e detenções foram identificados em todos os protestos de junho de 2013. Do total de 163 detenções noticiadas no banco de dados, 147 (mais de 90%) ocorreram nos cinco eventos de junho de 2013. Além disso, uso de balas de borracha, agressões, cerco e perseguições a manifestantes foram noticiados em 80% dos protestos do período.

A explicação para essa escalada de forças (DELLA PORTA; REITER, 1998) é dada pelos entrevistados a partir das características dos eventos do período. Dado que o modelo de negociação estava baseado na identificação de lideranças, as dinâmicas de junho de 2013 foram, segundo todos os entrevistados, recebidas com surpresa pelos agentes policiais. A heterogeneidade dos grupos que formavam as marchas, além do não estabelecimento de trajetos definidos, gerou uma situação de incerteza para as forças policiais. Um dos policiais entrevistados refere o seguinte sobre sua forma de lidar com movimentos sociais:

PM1: Então eu sempre partia de um acordo com a liderança. Tinha normalmente uma liderança: “o que acontecer com o pessoal aqui é tua responsabilidade. O que acontecer com o meu pessoal é responsabilidade minha”. Então tinha uma troca assim. Hoje tu não tem uma liderança identificada no movimento. Cada um é meio por si.

No mesmo sentido afirma outro policial entrevistado sobre a heterogeneidade dos protestos de 2013:

PM2: Aí você tem uma outra configuração, um diálogo eu acho que é a questão aí de vários movimentos ao mesmo tempo. Então você tem lá *black blocs* identificados como aqueles... se autodizendo “nós somos *black blocs*”. Tem gente da CUT lá fazendo... e todos ao mesmo tempo reivindicando... e reivindicações às vezes diferentes... e eles mesmos se desentendendo entre eles na reivindicação.

Além da surpresa decorrente da heterogeneidade dos grupos presentes, os entrevistados referem a dificuldade de controle de atos disruptivos, principalmente aqueles realizados por manifestantes que utilizam as táticas *black blocs*. A resposta inicial a essas situações de incerteza foi, como já demonstrado, o uso recorrente de armamentos menos letais e detenções. Porém, diante das críticas recebidas – seja pelas mídias, seja pelos próprios manifestantes – a respeito da truculência das ações tomadas em junho de 2013, os entrevistados entendem que esse foi um período de intenso aprendizado das forças policiais sobre como lidar com eventos de protesto. Segundo o PM1, “isso [as críticas sobre a truculência] foi nos ajudando a formar um conceito e uma metodologia que respondesse aos interesses do governo e aos interesses da sociedade como um todo”.

Nesse ponto, identifica-se na narrativa dos entrevistados a emergência de táticas de vigilância como uma forma de antecipar-se à ação dos manifestantes. Diante das “surpresas” causadas pelos protestos de junho, as forças policiais parecem buscar reaver o controle das interações por meio da coleta de informações. Segundo o PM1:

PM1: nós fomos aprendendo, tanto é que na primeira manifestação queimaram um ônibus. Bom, daí a gente foi tomando medidas para isso, cada manifestação tinha um mote específico. “Olha essa manifestação aqui então a informação que a gente tem que é vai haver depredações... essa manifestação agora eles vão querer botar fogo em posto de gasolina... essa manifestação é a imprensa o mote. É comunicação, então eles vão tentar depredar lojas de celulares”.

Sobre a forma de acesso a informações prévias à ocorrência do evento, os entrevistados citam o papel tanto do sistema de informações da Polícia Militar quanto das redes sociais:

PM1: essas informações elas iam fluindo pela questão das informações... do sistema de informações que a Brigada tinha e também por aparatos de Facebook, Twitter, porque hoje as redes sociais são muito abertas. Então a gente mais ou menos tinha um cálculo. “Olha, via de regra tem 10, 15% daquelas confirmadas”. Então a manifestação com 10 mil pessoas confirmadas pelo Facebook por exemplo nós tínhamos lá 10 a 15% de controle. [...] Então houve assim uma estratégia, digamos assim, de pesquisa por parte da polícia nas redes sociais e nas comunicações abertas, sem edição, que era o que nos interessava. Porque a edição não nos interessava, porque tinha um viés mais político. Então a gente tinha um monitoramento assim. [...] Mas, enfim, acho que a gente teve um mudança por parte da inteligência da polícia no controle disso.

É recorrente na fala dos policiais a menção de que redes sociais são abertas, de modo que o caráter público dos dados das redes os protegeria de críticas sobre violação do direito à privacidade. Ainda, o uso de TICs para produzir informações sobre manifestantes em junho de 2013 não excluiu o uso das técnicas tradicionais de infiltração. Alguns entrevistados afirmam ter sido adotada a prática de comparecimento de reuniões abertas de grupos para coleta de informações.

Julho a dezembro de 2013: desmobilização e moderação

O período de julho a dezembro de 2013 compreende um momento de arrefecimento dos grandes protestos de junho. Nesse período, as táticas policiais predominantes voltam a se centrar no acompanhamento de protestos, havendo situações pontuais de tensão entre forças policiais e manifestantes. As táticas de vigilância são mobilizadas basicamente para previsão do número de manifestantes presentes nos atos, havendo também ocorrências específicas relacionadas à infiltração e ao monitoramento de redes. Os entrevistados forneceram poucas informações sobre as repercussões do que teria sido aprendido de junho de 2013 nesse período.

Janeiro a junho de 2014: sofisticação e ampliação da vigilância

O ano de 2014, com os investimentos realizados para a Copa do Mundo somados à experiência de junho de 2013, parece crucial para a configuração das táticas policiais de vigilância. O PM3 afirma que houve uma intensa preparação da Polícia Militar para o policiamento do megaevento devido à memória de junho de 2013. Segundo o PM3, “nós sinceramente nos preparamos para o pior”, de modo que a ordem seria seguir o uso progressivo da força e o estabelecimento de barreiras policiais em pontos específicos da cidade. Ademais, buscou-se a negociação com ativistas previamente aos protestos:

PM3: a gente procurou estabelecer um contato para dizer assim... “as regras que a gente tem do governo do Estado são essas”. A manifestação é livre, entendeu? Contra a favor, está bom. O que não seria permitido seria, por exemplo, qualquer tipo de... qualquer pessoa que provocasse algum ato de depredação nós procuraríamos detê-la só essa pessoa, entende? [...] Então até... a gente procurou estabelecer uma conversa.

Quanto às barreiras espaciais, delimitou-se o Caminho do Gol, espaço destinado a caminhadas que levavam até o estádio Beira-Rio, como local no qual não poderiam ser realizados eventos e protesto. Ocorre que o Caminho do Gol abrangia o espaço central da cidade, o mais tradicional ponto de realização de eventos de protesto em Porto Alegre, característica que aproxima essa tática do modelo de incapacitação estratégica (GILLHAM et al., 2013).

No que se refere às táticas de vigilância, houve um investimento em tecnologias de filmagem de eventos em tempo real, como o imageador aéreo, câmera de alta resolução acoplada em um helicóptero:



Fonte: Zero Hora, 12/06/2014.

Sobre o uso do imageador para identificação de pessoas que teriam cometido crimes, o PM1 afirma:

PM1: E o que ajuda muito são tecnologias de videomonitoramento, câmeras. Eu me recordo no episódio da Copa do Mundo, no primeiro jogo que teve aqui em Porto Alegre, eu estava no Centro de Comando e Controle, e nós monitoramos toda a ação de dois ou três pessoas, duas ou três pessoas que estavam depredando, estavam vandalizando, vamos chamar assim, pelo meio do imageador colocado na aeronave da Brigada. Portanto... e aí a gente conseguiu identificar e conseguiu prender aquelas pessoas e tirá-las digamos assim, três pessoas, e isso sem nenhuma violência, sem nenhum constrangimento a quem quer que seja.

Também foi utilizada nos protestos contra a Copa câmera GoPro para filmagem dos atos em tempo real:



Fonte: Sul21, 15/06/2014.

De modo geral, os entrevistados concordam que as tecnologias podem ser utilizadas para evitar situações de repressão generalizada, atuando seletivamente no controle de manifestantes que venham a cometer crimes. Além disso, os entrevistados enfatizam o maior grau de eficiência que o uso das tecnologias proporcionaria, permitindo a tomada de decisões mais velozes e menos intuitivas. Ainda, a ideia de prevenção é valorizada nas palavras do PM1: “...é muito melhor tu atuar na prevenção do que depois do caso concreto, da repressão”.

Assim, pode-se afirmar que a dimensão da temporalidade (BINDER, 2016; DENCİK et al., 2018) é presente na fala dos entrevistados. O caráter preventivo do policiamento é avaliado positivamente, sendo a prevenção vinculada a uma ideia de eficiência e de identificação seletiva de criminosos, evitando-se a repressão generalizada.

Por outro lado, as dimensões da visibilidade (GRINBERG, 2019; MELGAÇO; MONAGHAN, 2018; TROTTIER, 2012; ULLRICH; WOLINGER, 2011) e dos direitos de privacidade (ASTON, 2017; JOH, 2013) são pouco abordados pelos policiais entrevistados. Quando a questão da visibilidade proporcionada pelas redes sociais é citada, o caráter aberto das redes é utilizado como justificativa para a possibilidade de monitoramento, sem que sejam produzidos questionamentos a respeito das assimetrias de poder e dos direitos de privacidade dos ativistas.

Porém, deve-se ressaltar que as táticas policiais de vigilância envolvem, para a sua eficácia, um processo de invisibilização da ação policial. A própria operacionalização dessas táticas é muito mais identificada pelos relatos dos policiais do que pelas notícias de jornal, dado que essa espécie de tática tende a não ser publicizada. Esse processo de invisibilização suscita questionamentos sobre o grau de transparência e de controle público sobre a ação policial.

Por fim, é importante ressaltar que o processo de incorporação de TICs ao policiamento a protestos – principalmente identificado nos protestos contra a Copa – não exclui as táticas tradicionais de repressão e controle, de modo que as diferentes táticas são combinadas inclusive durante o mesmo evento de protesto. Além disso,

a expansão de táticas de vigilância durante os protestos contra a Copa não aponta um processo necessariamente permanente, dado que os entrevistados relatam as limitações orçamentárias e de treinamento para o uso de novas tecnologias e que a descontinuidade das políticas de segurança pública é um traço marcante em âmbito nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou entender de que modo a incorporação de novas tecnologias de vigilância policial compõe e/ou transforma as táticas de controle e repressão a eventos de protesto a partir do caso do policiamento a eventos promovidos pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público entre 2013 e 2014 em Porto Alegre.

A partir de uma metodologia baseada na análise de eventos de protesto, seguida da análise de conteúdo de entrevistas com agentes policiais, identificou-se, entre 2013 e 2014, uma gradual expansão no uso de novas tecnologias de informação e comunicação em táticas de vigilância a eventos de protesto. Esse processo foi atribuído pelos entrevistados a um aprendizado policial decorrente dos eventos de junho de 2013. As situações de incerteza ocasionadas pela heterogeneidade dos grupos e pelas ações disruptivas de alguns deles teriam gerado a construção de táticas policiais mais vinculadas a um policiamento preditivo, de antecipação à ação dos manifestantes. Nesse sentido, o monitoramento de redes e a filmagem dos protestos em tempo real teriam se expandido.

Se, por um lado, a dimensão da temporalidade é tema desenvolvida pelos entrevistados, questões relativas à assimetrias de visibilidade/invisibilidade e à garantia/violação dos direitos de privacidade dos manifestantes são pouco problematizadas, embora se identifique empiricamente um processo de invisibilização da ação policial pela adoção de táticas de vigilância. Ainda, as limitações orçamentárias e de treinamento para o uso de novas tecnologias na ação policial são elementos ressaltados pelos entrevistados.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. **Bulletin of Latin American Research**, vol.36, Issue 2, p.144-159, 2016.

AMARAL, A. J. do; FIEDLER, C. Z.; PILAU, L. S. B.; MEDINA, R. S. As forças policiais nas “Jornadas de Junho” de 2013: um estudo sobre a criminalização das manifestações em Porto Alegre/RS. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 3, n.2, 2017.

ARAÚJO E. P. de; BIAR, L. A.; BASTOS, L. C. A repressão policial como choque moral: uma análise de narrativas de manifestantes de junho de 2013. **Fórum Linguístico**, v. 14, n. 3, p. 2197-2213, 2017.

ASTON, V. State surveillance of protest and the rights to privacy and freedom of assembly: a comparison of judicial and protester perspectives. **European Journal of Law and Technology**, v. 8, n.1, 2017.

BINDER, C. Happenings Foreseen: Social Media and the Predictive Policing of Riots. **S+F**, v. 34, n. 4, p. 242-274, 2016.

BRIGHENTI, A. Visibility: a category for the Social Sciences. **Current Sociology**, v. 55, n. 3, p. 323-342, 2007.

BRINGEL, B. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, B.; PLEYERS, G. (eds). **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017.

DELLA PORTA, D.; REITER, H. **Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

DELLA PORTA, D.; TARROW, S. Interactive Diffusion: The Coevolution of Police and Protest Behavior With an Application to Transnational Contention. **Comparative Political Studies**, v. 45, n. 1, 2012, p. 119-152.

DENCIK, L.; HINTZ, A.; CAREY, Z. Prediction, pre-emption and limits to dissent: Social media and big data uses for policing protests in the United Kingdom. **New Media & Society**, v. 20, n. 4, p. 1433–1450, 2018.

EARL, J. Political Repression: Iron Fists, Velvet Gloves and Diffuse Control. **Annu. Rev. Sociol.**, v. 37, 2011, p. 261-284.

EARL, J.; MARTIN, A.; MCCARTHY, J. D.; SOULE, S. A. The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v. 30, p. 65-80, 2004.

FERNANDES, E. G. **Campos de batalha jornalística**: os enquadramentos construídos por Zero Hora, Diário Gaúcho e Sul21 na luta pela (i)legitimidade do ciclo de manifestações de 2013, em Porto Alegre/RS. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 300 p., 2016.

FERNANDES, E. G. Movimentos Sociais, Policiamento e Vigilância: Um Diálogo Teórico a Ser Construído. **Mediações**, v. 23, n. 1, p. 100-126, 2018

FERNANDES, E. G.; CÂMARA, G. G. Policiamento a eventos de protesto no Brasil: repertórios e modelos policiais no ciclo de protestos de Junho de 2013 na cidade de Porto Alegre. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, p. 368-395, mai-ago. 2018.

FERNANDEZ, L. A. **Policing dissent**: social control and the anti-globalization movement. London: Rutgers University Press, 2008.

GILLHAM, Patrick F.; EDWARDS, Bob; NOAKES, John A. Strategic incapacitation and the policing of occupy Wall Street protests in New York City, 2011. **Policing and Society**, Southampton, v. 23, n. 11, p. 81-102, 2013.

GRINBERG, D. Tracking movements: Black activism, aerial surveillance, and transparency optics. **Media, Culture & Society**, v. 41, n. 3, p. 294-316, 2019.

JOH, E. E. Privacy Protests: Surveillance Evasion and Fourth Amendment Suspicion. **Arizona Law Review**, v. 55, p. 997-1029, 2013.

KOOPMANS, R.; RUCHT, D. Protest Event Analysis. In: B. KLANDERMANS; S. STAGGENBORG (eds.). **Methods of Social Movements Research**. Minneapolis, University of Minnesota Press, p. 231-259, 2002.

LIMA, R.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. Rev. **Sociedade e Estado**, v. 30, 2015.

LUZ, T. P. F. da. **Não vai ter Copa ou não vai ter protesto?** Estudo acerca de dois protestos distintos contra a Copa do Mundo em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 135 p., 2016.

MARX, G. T. Thoughts on a Neglected Category of Social Movement Participant: The Agent Provocateur and the Informant. **American Journal of Sociology**, v. 80, n. 2, p. 402-442, 1974.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **The dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McPHAIL, C; SCHWEINGRUBBER, D; MCCARTHY, J. Policing protest in the United States: 1960-1995. In: DELLA PORTA, D.; REITER, H. **Policing protest: the control of mass demonstrations in Western democracies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

MELGAÇO, L.; MONAGHAN, J (eds.). **Protests in the Information Age: Social Movements, Digital Practices and Surveillance**. Routledge, 2018.

MUHALE, M. J. J. **Lutar, criar poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLZAK, S. Analysis of Events in the Study of Collective Action. **Annual Review of Sociology**, v. 15, p. 119-141, 1989.

PERRY, W. et al. **Predictive Policing: The Role of Crime Forecasting in Law Enforcement Operations**. Washington: RAND Corporation, 2013.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1978.

TROTTIER, D. Policing Social Media: Policing Social Media. **Canadian Review of Sociology/Revue canadienne de sociologie**, v. 49, n. 4, p. 411–425, nov. 2012.

ULLRICH, P.; WOLLINGER, G. R. A surveillance studies perspective on protest policing: the case of videosurveillance of demonstrations in Germany. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 3, n. 1, p. 12-38, 2011.